AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

Movimentos sociais e saberes da terra: articulações e redes de solidariedade durante a pandemia de Covid-19

Caroline Martello[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
orcid.org/0000-0001-5777-6190

Maria do Rocio Fontoura Teixeira[2]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
orcid.org/0000-0002-9888-7185

Resumo: Neste artigo, analisamos 113 matérias publicadas em sites oficiais de movimentos sociais brasileiros para situarmos a complexa trama vivenciada pelos povos campesinos, quilombolas e indígenas, em tempos de pandemia. Três movimentos de lutas têm atenção especial aqui, sendo: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos Pequenos Agricultores e Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros. As reflexões emergem de três eixos: Resistência e a luta pela terra; racismo e o direto à saúde, que são problematizados a partir da construção do conhecimento universal, da crise ecológica e sanitária e das dinâmicas dos regimes raciais de propriedades; e o último, Articulações e Redes de Solidariedade, que nos mostra o trabalho coletivo, intimamente ligado aos saberes da Terra, podendo ser potentes para a transformação social, educativa e ecológica, gerando a Ecologia de Saberes.

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFRGS). Estágio Doutoral no programa de Doutoramento em Pós-Colonialismo e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal (2021/2022). Membro do Grupo de Pesquisa SEMEIA/UFRGS - Seminários de Estudo/Investigação/Ação na Formação de Professores de Ciências. carolinemartello@gmail.com

[2] Doutora em Educação em Ciências, pelo Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFRGS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da UFRGS e Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Docência para Ciências, Tecnologias, Engenharia e Matemática da UERGS. mrfontoura@gmail.com.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Conhecimento. Território. Covid-19. Educação Ambiental.

Movimientos sociales y saberes de la tierra: articulaciones y redes solidarias durante la pandemia del Covid-19

Resumen: Fonte Arial, tamanho 10, espaçamento 1,0, justificado. En este artículo, analizamos 113 artículos publicados en sitios web oficiales de movimientos sociales brasileños para situar la compleja trama vivida por pueblos campesinos, quilombolas e indígenas, en tiempos de pandemia. Tres movimientos de lucha tienen aquí especial atención, a saber: Coordinación Nacional de Articulación de Comunidades Rurales Negras Quilombolas, Movimiento de Pequeños Agricultores y Articulación de los Pueblos Indígenas Brasileños. Las reflexiones surgen de tres ejes: Resistencia y lucha por la tierra; el racismo y el derecho a la salud, que se problematizan desde la construcción del conocimiento universal, la crisis ecológica y sanitaria y la dinámica de los regímenes de propiedad racial; y el último, Articulações e Redes de Solidariedade, que nos muestra el trabajo colectivo, íntimamente ligado al conocimiento de la Tierra, que puede ser potente para la transformación social, educativa y ecológica, generando la Ecología de los Saberes.
Palabras-clave: Movimientos sociales. Conocimiento. Territorio. COVID-19. Educación ambiental.

Social movements and knowledge of the earth: articulations and networks of solidarity during the Covid-19 pandemic

Abstract: In this article, we analyze 113 articles published on official websites of Brazilian social movements to situate the complex plot experienced by poor peasants, quilombolas and indigenous people, in times of a pandemic. Three movements of struggle have special attention here, namely: National Coordination of the Articulation of Rural Black Quilombola Communities, Movement of Small Farmers and Articulation of Brazilian Indigenous Peoples. How reflections of axes emerge: Resistance and the struggle for land; racism and direct health, which are problematized from the construction of universal knowledge, the ecological and health crisis and the dynamics of two racial property regimes; and finally, Articulations and Solidarity Networks, which shows us the collective work, intimately linked to the knowledge of the Earth, which can be powerful for a social, educational and ecological transformation, generating Ecology of Knowledge.
Keywords: Social Movements. Knowledge. Territory. Covid-19. Environmental education.

DA VIOLÊNCIA EPISTEMOLÓGICA À VIOLÊNCIA ONTOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO UNIVERSAL

Pensar sobre as crises ecológicas, a relação dos saberes com a terra e questões territoriais é, antes de tudo, questionar a construção do conhecimento ocidental. Nesse mesmo sentido, o padrão colonial, patriarcal e capitalista, imposto por um projeto colonizador Europeu, produz a ideia do “outro”, que causa uma evidente divisão entre aqueles que produzem conhecimentos considerados válidos e os outros. Os “outros”, aqui, são considerados os negros, indígenas, quilombolas, campesinos, favelados, ribeirinhos, todo e qualquer

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

grupo social que teve sua subjetividade negada. A criação da alteridade como algo arcaico e primitivo, segundo Meneses (2014), manifesta-se em estereótipos que produzem a invisibilidade desses grupos. Para Bhabha (2013), o estereótipo tende a fixar o outro em um determinado lugar, representando a principal estratégia do discurso colonial.

Para Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019, p. 12), “A partir dessa elaboração cartesiana fica clara a ligação entre o conhecimento e a existência", não sendo possível falar da diferença epistemológica sem falar, também, de uma diferença ontológica. A violência ontológica gerada pela colonização é lembrada por Franz Fanon (2008) em seus escritos, ao chamar a atenção para a criação da “zona de não-ser”, quando o negro perdeu, aos olhos dos europeus, sua subjetividade, uma negação da pluralidade do que é ser humano.

A instauração de um poder global gerado pela racialização dos povos e a produção de inexistências é um dos grandes motores do colonialismo, do patriarcado e do capitalismo que conformam um dos conceitos chaves das Epistemologias do Sul, posto que produz a sociologia das ausências (SANTOS, 2019). Para Boaventura Sousa Santos (2019), o conhecimento moderno eurocêntrico, por meio da sociologia das ausências, opera em cinco monoculturas, a saber: monocultura do conhecimento válido; monocultura da classificação social; monocultura da superioridade universal e do global; e monocultura da produtividade. Essas monoculturas, produzidas pelo colonialismo, capitalismo e patriarcado juntos, acabaram por criar uma linha abissal que divide o mundo entre metrópole e colônia. Tal linha abissal, por sua vez, divide homem e natureza, natural e social, mas, também, rural e urbano, humano e não humano, branco e negro, conhecimento científico e senso comum. Assim, a natureza, povos e sociabilidades são colocados de um lado da linha abissal, a colônia, enquanto todo o resto encontra-se do lado outro lado da linha, a metrópole.

Para a liderança e pensador indígena, Ailton Krenak, “A ideia mais comum que existe é que o desenvolvimento e o progresso chegaram naquelas canoas

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

que aportaram no litoral e que aqui estava a natureza e a selva, e naturalmente os selvagens" (KRENAK, 1999, p. 28). Seu questionamento é ainda mais profundo, quando afirma que o (des)encontro entre culturas originárias e os forasteiros ultrapassa o marco de 1492 e continua a acontecer nos tempos de hoje. Por isso, concordamos com Salgado et al. (2019), quando afirmam que o conflito ambiental se instaura junto à invasão de colonizadores na América Latina e remonta à separação da natureza e da cultura, criando uma distinção do "nós" (modernos) e "eles" (primitivos).

Dentro dessa complexa situação, a proliferação das lutas em defesa dos territórios emerge desses mundos invisibilizados, o que Escobar (2020, p. 169) denomina de mundos relacionais, ou seja, "[...] o entendimento do mundo é muito maior que o entendimento ocidental de um mundo". Quando isso acontece, povos indígenas, quilombolas, campesinos iniciam uma luta pelos seus territórios, uma luta aqui entendida, também, como ontológica.

Neste texto, partimos da questão: como manter as condições para a existência e (re) existência frente à crise ecológica e sanitária instaurada em nosso planeta e, por consequência, no Brasil? Numa tentativa de responder a essa pergunta, trazemos o artigo que se sustenta na rede formada por três Movimentos Sociais brasileiros: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (APIB), para situar a complexa trama vivenciada pelos povos do Campo, das Florestas e das Águas brasileiros, em tempos de pandemia. Por fim, apresentamos algumas reflexões sobre as formas de auto-organização e resistência desses grupos, que estão intimamente ligados aos saberes da Terra, podendo ser potentes para a transformação social, educativa e ecológica.

É importante destacar que esse estudo é parte da tese de doutorado do(a) autor(a) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e uma produção resultante do Estágio Doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Coimbra/Portugal, entre outubro de 2021 a março de 2022.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

CRISE ECOLÓGICA E SANITÁRIA NA AMÉRICA LATINA: ALGUNS APONTAMENTOS

Existem evidências suficientes que levam a crer que o vírus Sars-CoV-2, causador dessa pandemia, tem sua origem na crise ambiental que o mundo enfrenta. A relação com o capital, o desmatamento de florestas inteiras, o uso desenfreado de agrotóxicos e a produção de alimentos voltada para a monocultura causam um desequilíbrio ambiental difícil de mensurar. Segundo Wallece (2020), no caso do novo coronavírus, a principal hipótese aponta para a destruição das florestas do sudeste asiático, em consonância com a modernização agropecuária, como a causa sistêmica para a emergência da pandemia da COVID-19. A crise comprova e acentua as desigualdades existentes no sistema socioeconômico neoliberal e patriarcal globalizado

Boaventura Sousa Santos (2020) nos faz pensar sobre como as sociedades se conhecem melhor em tempos de crise e quais conhecimentos podem emergir com a pandemia da COVID-19. Para tal, apresenta seis momentos: 1) A normalidade da exceção: nesse primeiro momento, o autor defende que o mundo se encontra em uma crise desde a instalação do neoliberalismo. Assim, a pandemia se instala já em um mundo em crise (financeira, climática, etc.), crise essa que, mesmo que sua natureza diga ser passageira, é tida como uma crise permanente, a fim de manter a linha abissal entre ricos e pobres e sociedade natureza, mitigando qualquer ação a fim de enfrentar a crise ecológica e as desigualdades sociais; 2) A elasticidade social: mostra como o hipercapitalismo expulsou outras alternativas e outros modos de vida, mas que, com a pandemia, essa certeza acaba caindo por terra. O isolamento obrigatório mostrou que é possível, da pior maneira, parar tudo e viver uma mudança no estilo de vida. No mesmo sentido, Latour diz que a primeira lição do coronavírus foi que: “De fato, ficou provado que é possível, em questão de semanas, suspender, em todo o mundo e, ao mesmo tempo, um sistema econômico que até agora nos diziam ser impossível desacelerar ou redirecionar” (2020, p. 1); 3) A fragilidade do humano: fala sobre a vulnerabilidade instalada com a catástrofe do vírus. Grupos sociais até então

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

privilegiados (com saúde, educação, serviços de apoio psicológico e seguros privados) são, também, afetados pelo vírus. Como veremos a seguir, o vírus não ataca essas camadas igualmente e, mesmo que os grupos sociais privilegiados estejam em uma situação de insegurança, o vírus entra nos grupos sociais de baixa-renda com muito mais violência, piorando uma situação que já era extremamente grave; 4) Os fins não justificam os meios: nesse item, Santos traz provocações, a partir de exemplos e questionamentos, como se para frear a crise ecológica a solução se daria pela via da destruição humana. Como exemplo, reporta levantamentos do IEA (2020), que registram que, durante o isolamento, o mundo deixou de liberar um milhão de toneladas de CO2 por dia, em especial, pela diminuição do consumo de petróleo e carvão. Mas, a que custo? Desempregos, aumento da pobreza, falta de apoio ou redes de segurança, uma transação injusta para muitos. Também cita o "sucesso" do controle de contágio na China por meio da repressão; 5) A guerra de que é feita a paz: trata-se do conflito comercial entre Estados Unidos e China. Por meio de narrativas de que o vírus tenha origem na China, os Estados Unidos criam fake news, demonizando a China e, consequentemente, aumentando os casos de xenofobia contra chineses que se encontram em outros países; e, por fim, 6) As sociologias das ausências: escancara e dá visibilidade às ausências. As milhares de mortes em detrimento da economia, o uso e o aumento da repressão por parte de alguns países, a falsa ideia de um vírus democrático, as subnotificações de mortes, a fim de apagar a cruel realidade do vírus, impulsionados pela ideia do lucro.

Na análise citada, Santos nos traz uma importante reflexão sobre como a pandemia desestruturou as certezas do Norte Global, que passou a viver as mesmas experiências vivenciadas, desde o século XV, pelos povos conquistados do Sul Global. A crise, como vimos, nos convoca a pensar formas de coexistir com humanos e com todos os seres vivos de forma equilibrada e respeitosa. Deste modo, a "sociologia das ausências" passa a ocupar lugar central no desenvolvimento deste artigo, uma vez que atravessa toda a sua construção. É na ideia da cartografia das ausências que a "sociologia das ausências" se sustenta, para fazer emergir as presenças nas "sociologias das

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

emergências". Em face ao cenário da pandemia, antes de voltar à desejada normalidade, é necessário escutar profundamente - como nunca feito antes -, a voz ancestral dos povos da terra. Há muitas pistas entre esses povos, que seguem empenhados na produção de vidas - em construir, ao invés de destruir.

A exemplo, este artigo – se inscreve e se escreve - logo após a realização da COP26 - 26ª Conferência das partes da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Glasgow, na Escócia, Reino Unido, momento importante para todo o sistema climático, especialmente no momento pandêmico. Não vamos analisar com profundidade esse encontro aqui, mas reconhecer a importância dos movimentos sociais, povos campesinos, líderes indígenas e quilombolas, que possuem uma profunda consciência planetária, capaz de nos apresentar formas para que ocorra uma mudança efetiva da ação humana, em relação à natureza e a necessária inclusão desses grupos nas discussões, que, mais uma vez, não passaram de uma promessa dos países do Norte Global.

Entre os blocos mais atingidos pelas mudanças climáticas, África e a América Latina se destacam. No Equador, a emergência sanitária somou-se a grandes inundações nas comunidades indígenas. Os rios Coca e Napo sofrem com a poluição causada pela ruptura de dois oleodutos, que derramaram petróleo, comprometendo a fonte de águas de milhares de famílias indígenas em plena pandemia. No Peru, há uma situação precária referente à segurança de líderes comunitários, constantemente ameaçados por invasores. A falta de justiça também permanece, quando um juiz libertou o assassino confesso de um líder indígena de Cacaitaibo. Enquanto isso, algumas indústrias extrativas continuam operando, como empresas de dendezeiros na Amazônia central do Peru (ABIP, 2020a).

Em resumo, a luta pela vida e pelos territórios desses povos acontece desde a invasão colonial na América Latina, África e Ásia. Nessas mobilizações, muitos povos originários na América Latina estão mostrando a existência de outras experiências, de outros mundos possíveis do outro lado da linha abissal. A proposta da luta zapatista no México, com o seu lema "un mundo donde

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

quepan muchos mundos", a filosofia do Bem Viver, que sustenta e dá sentido a muitos povos indígenas da América Latina, o movimento quilombola no Brasil, com toda a sua organização política e de luta ou, ainda, a filosofia Ubuntu, nascida na África. Para todas essas experiências, o princípio é de respeito à Mãe Terra. Também são elas, que questionam e desestruturam os processos de colonização inscritos na estrutura, no imaginário social e pedagógico latino-americanos e no mundo (GOMES, 2017).

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Na condução do estudo, procuramos apresentar uma análise das questões abordadas, a partir de matérias jornalísticas publicadas nos sites oficiais de três movimentos sociais e de luta por terras do Brasil - CONAQ, MPA e APIB. A coleta de dados ocorreu entre março de 2020 até dezembro de 2021, meses que correspondem ao início em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara oficialmente que a COVID-19 é uma pandemia até a data de início da escrita deste artigo. No total, foram mapeadas 113 reportagens que tratavam sobre a relação das comunidades com a COVID-19, nos três portais.

As matérias foram analisadas por meio de um questionário elaborado no editor de planilhas Excel. Este instrumento permitiu o registro e o cruzamento de informações já categorizadas como relevantes, tais como: o contexto ao qual a matéria se estabeleceu, os temas abordados, os problemas enfrentados pelas comunidades e os atores sociais envolvidos.

Na interpretação de dados utilizou-se a análise de conteúdo. Bauer (2013) afirma que o método da análise de conteúdo pode fornecer as variáveis independentes para o delineamento de pesquisas sobre os efeitos dos meios de comunicação e informação, ao auxiliar na compreensão de conteúdos produzidos e colocados em circulação pelas mídias. As diferentes matérias publicadas acabavam dando pistas, na tentativa de responder à pergunta inicial: como manter as condições para a existência e (re)existência frente à crise ecológica e sanitária instaurada em nosso planeta? A partir da leitura atenta de todo o material coletado, foram elencadas três categorias de análise: Resistência

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

e a luta pela terra; Racismo e o direto à saúde; e Articulações e Redes de Solidariedade, que serão aprofundados na próxima seção.

Contextualizando os movimentos sociais

Os movimentos sociais estudados são:

a) Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

A constituição da CONAQ ocorreu no dia 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Seus objetivos são: lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas, levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; pelo protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do(a) jovem no quilombo e, acima de tudo, pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela harmonia com o meio ambiente, que lança o movimento quilombola no cenário nacional (CONAQ, [2022]).

b) Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)

O MPA nasceu no ano de 1996, como fruto histórico da crise econômica e social na agricultura brasileira, produto da abertura neoliberal dos anos 1990 e do esgotamento do movimento sindical de trabalhadores rurais, como instrumento de representação e luta dos camponeses. É um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias camponesas. Atualmente, o MPA brasileiro está organizado em 17 estados brasileiros, em todas as regiões do país. Após 22 anos de existência, apresenta expressivo histórico de luta e organização do campesinato, abarcando, aproximadamente, 100 mil famílias camponesas de forma direta em todo o território nacional (MPA, [2022]).

c) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

Com quase 20 anos de luta, a APIB foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre em 2005, sendo considerada uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo para cima. Tem por missão a promoção e a defesa dos direitos indígenas, a partir da articulação e união entre os povos e organizações indígenas das distintas regiões do país, e reivindica, do Estado Brasileiro, o atendimento às seguintes demandas: demarcação, desintrusão e proteção das terras indígenas; legislação indigenista; saúde indígena; educação escolar indígena; gestão territorial e sustentabilidade; e participação e controle social (ABIP, 2022).

RESISTÊNCIA, AUTO-ORGANIZAÇÃO E REDES DE SOLIDARIEDADE NO BRASIL: OS DESAFIOS DA LINHA ABISSAL EM TEMPOS PANDÊMICOS

Resistência e a luta pela terra

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 teve um papel importante para inclusão dos direitos indígenas, do movimento negro e dos quilombolas nos marcos legais do país – principalmente, sobre território e identidade -, e contou com a participação de líderes importantes, como Ailton Krenak – líder indígena da aldeia crenaque e Benetida da Silva – ativista política do movimento negro, nas assembleias e discussões. No entanto, a Constituição Federal, como um instrumento do Estado e do Direito Moderno, cria uma vasta fratura quando os regimes raciais de propriedade mantêm um poder de organização sobre o território, e pressupõe uma superioridade racial branca, que coloca os povos indígenas, quilombolas e campesinos à margem da história. Assim, apesar do avanço constitucional, a exclusão de direitos permanece.

Segundo dados divulgados pelo CONAQ, são mais de 6.330 quilombos no Brasil, distribuídos em 24 estados da federação. Contudo, desses, apenas 134 territórios possuem titulação definitiva. Bhandar (2018, p. 4), em seu livro "*Colonial lives of property: law, land, and racial regimes of owner ship*", argumenta que as leis de propriedade modernas surgiram junto com e através dos modos coloniais de apropriação, o que ela chama de "regime racial de propriedade". Para essa autora: "O encontro colonial produziu um regime racial

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

de propriedade que persiste até o presente, criando um aparato conceitual no qual as justificativas para a propriedade privada permanecem vinculadas a um conceito de humano que é completamente racial em sua composição"[3]. E continua: "A justificativa quase uniforme para colocar as populações indígenas como pré-moderna foi encontrada na ausência de leis de propriedade privada e formas particulares de cultivo" (2018, p. 4)[4]. Tal como o colonialismo é uma dimensão permanente do capitalismo, o problema de terras é uma dimensão do colonialismo e, por isso, estrutural.

Para que as comunidades tradicionais no Brasil tenham os seus territórios protegidos pelas leis modernas de propriedade, é previsto que as terras sejam registradas com títulos de propriedade individual. Porém, esse mesmo Estado moderno, que impõe essas regras, ocupa-se desse poder para negar os títulos de terras a essas comunidades, violando seu direito à Terra, tornando-as "terras sem dono", o que gera o conflito agrário e culmina na exploração da terra como recurso, causa danos irreversíveis à natureza e ameaça os saberes desses territórios.

À medida que o Estado assume essa posição, sobretudo em meio a uma pandemia, nega, também, o acesso à saúde, visto que, para os indígenas e os quilombolas terem acesso à vacinação contra a COVID-19 no grupo prioritário como garantido pela ADBF 709 - ação liderada por líderes dos movimentos sociais junto ao Supremo Tribunal Federal -, devem comprovar que fazem parte de um território legalizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com isso, a vacina foi negada a muitos quilombolas e indígenas, que ainda não possuem os títulos de propriedade ou que fazem parte de comunidades tradicionais, mas que, por motivos de trabalho ou estudo,

[3] Trecho original: "*The colonial encounter produced a racial regime of owner ship that persists into the present, creating a conceptual apparatus in which justifications for private property owner-ship remain bound to a concept of the human that is thoroughly racial in its makeup*" (BHANDAR, 2018, p. 4).

[4] Trecho original: *"Modernity ushered in a relationship between owner ship and subjectivity, wherein the latter was defined through and on the basis of one's capacity to appropriate"* (BHANDAR, 2018, p. 4).

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

encontram-se fora do território, como denunciado pelo CONAQ, MAP, APIB [5], correndo o risco iminente de um novo genocídio.

Nessa luta ontológica, o Estado e os proprietários de terra a tornam uma mercadoria, um espaço privado, uma moeda de troca, quase uma condição obrigatória para ser civilizado. O que o mundo colonial nega ver é que, para as comunidades tradicionais, a terra é para além do que lhe dá o sustento, é a força ancestral e espiritual, é mãe, pai, parente, é lugar/espaço coletivo. A natureza e a terra são as referências que dão sustentação à identidade de povos inteiros. Como nos lembra (KRENAK, 2018, p. 17-18),

> A aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo 'não para conversa hoje', as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: 'Pode fazer festa, dançar, pescar, fazer o que quiser'.

Para Escobar (2020), são sujeitos que "sentipiensan con la Tierra", na qual a Epistemologia Sul também se sustenta e está profundamente comprometida (SANTOS, 2019). Quando territórios e florestas são atacados, os mundos relacionais também são. No atual contexto de pandemia, o Estado se utiliza da ausência de registro de propriedade junto à ideia errônea de progresso para permitir (e se ausentar de alguma responsabilidade) que comunidades tradicionais sejam removidas dos seus territórios, deixando-as mais vulneráveis, em constantes ataques e invasões por parte de empresas com interesses econômicos ilegais. Um exemplo disso é o que vêm sofrendo os indígenas Yanomamis, quando mais de 25.000 garimpeiros invadiram o seu território em abril de 2020. Logo após a invasão, a região registrou a primeira morte de um indígena por COVID-19, o que leva a crer que a propagação do vírus tenha se dado com a chegada dos garimpeiros (APIB, 2020a).

Como discutido acima, o encontro colonial entre os regimes de propriedade e a subjetividade racial cria mecanismos de exclusão que levam à

[5] Ver em: http://conaq.org.br/noticias/conaq-lanca-boletins-informativos-com-proposito-de-diagnosticar-problemas-em-comunidades-quilombolas/; https://apiboficial.org/2020/04/08/covid-19-segunda-morte-de-indigena-confirmada/

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

ideia de um sujeito-cidadão ideal de proprietário da terra (branco, homem, rico, civilizado) e de um sujeito colonizado (negro, pobre, não-civilizado). O interessante é que esses mecanismos de exclusão não são fixos, e se reinventam com o passar do tempo e com o contexto. O estado do Maranhão teve o primeiro surto de varíola do Brasil, no ano de 1555, como relata Boaventura Sousa Santos em seu livro "O futuro começa agora: Da pandemia à Utopia" (2020), escrito em meio ao isolamento da pandemia da COVID-19. A doença foi propositalmente introduzida por colonos franceses, a fim de dizimar a população originária desse Estado.

Passados quase 500 anos, a população quilombola e indígena desse mesmo estado ainda sofre com a violência colonial, maximizados agora com os impactos da pandemia. Mais de 200 comunidades quilombolas (em torno de 800 famílias) enfrentam um conflito de mais de 40 anos com o Estado do Maranhão e com o Governo brasileiro, em decorrência da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Durante todas essas décadas, as famílias sofrem com a falta de estrutura mínima referente a serviços básicos de saúde e educação em grande parte do território. A falta de titulação do território também agrava a situação. No âmbito do CLA, as negociações entre Brasil e Estados Unidos sofreram uma aproximação que culminou no Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e, em março de 2020, as famílias dos quilombos ancestrais do Maranhão requerem na justiça o direito de permanecer nas terras. No momento em que organizações de saúde alertavam sobre a necessidade de isolamento, 800 famílias ficariam sem teto, correndo sérios riscos de vida (ALMEIDA, 2020).

Na cidade de São Paulo, os 450 moradores do acampamento Marielle Vive, em Valinhos, sofrem com o mesmo problema de ameaça de despejo. Essas famílias, que produzem alimentos sem veneno, produtos agroecológicos que geram renda e emprego, enfrentam o monstro das empresas imobiliárias em meio à maior crise sanitária do planeta (MPA, 2021). Para o cientista social sul-africano, Krog (2015, p. 219):

> Enquanto sem-terras ou proprietários de terra, em geral, nós parecemos incapazes de mapear um novo ethos de ser pertencente à terra em oposição a ser dono da terra [...] Para isso precisamos de um descentramento radical. Precisamos desenvolver [...] novos órgãos

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

> para cruzar fronteiras ontológicas e epistemológicas de se pensar sobre a terra de modo que nos seja permitido que nos libertemos de uma existência que só tem feito possível pela posse de terra.

Como indica a passagem acima, precisamos descolonizar as terras, desembranquecê-las. Por isso, a necessidade de trazer para o debate perspectivas epistemológicas racializadas sobre a terra. Em tempos de crise ecológica e sanitária, as ações dos grupos que se envolvem em disputa pela terra ficam mais latentes e tomam contornos que extrapolam as leis modernas de propriedade.

O racismo e a negação do Direito à Saúde

Indígenas, quilombolas e campesinos sofrem com a exclusão histórica e a destruição de suas identidades há séculos. A pandemia é mais um dos fatores que se juntam a esse triste quadro. Um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), mostra em números como essa fratura abissal, com predominância racista-colonialista (SANTOS, 2020) entre brancos e negros, é imensa. Pretos e pardos são os que mais morrem em todas as faixas etárias do novo coronavírus, enquanto 74% dos negros morreram em leitos de UTI, em contraste com 59% de morte de pessoas brancas (CTC, 2020). Esse dado não é coincidência, nem gera surpresa em um país em que os negros têm o dobro de chance de serem assassinados.

O racismo como um mecanismo violento, com raízes no colonialismo e no capitalismo, opera nas mais diversas esferas, como no acesso à saúde, à vacina, ou até mesmo ao direito a uma morte digna. Frantz Fanon (1968) analisa esse processo de desumanização instaurado pela violência colonial como um tratado de não-existência. Tudo aquilo que não corresponde ao padrão ocidental moderno eurocentrado, e daí leia-se homem-branco-cristão, deve ser desconsiderado, apagado, pois não possui nenhuma relevância, não há nenhum reconhecimento ou legitimidade atribuídos. Tal processo de violência e deslegitimação dos modos de vida não-ocidentais perdura até os dias de hoje.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

Em janeiro de 2021, a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, registrou 17 demissões de enfermeiros e médicos que atuavam na saúde indígena. As pessoas demitidas eram, em sua maioria, indígenas (APIB, 2021). Da mesma forma, as comunidades, tanto de quilombolas, quanto de indígenas, sofrem com a subnotificação de óbitos, quando seus companheiros e companheiras mortas pela COVID-19 não são reconhecidos como tal, por não estarem em seus territórios. O mesmo racismo que exclui e mata invisibiliza esses sujeitos até na hora de suas mortes. Não se tornam nem estatísticas (VALENTA, 2020).

Junta-se a isso a falta de acesso à internet e telefone, a falta de acesso à água, que dificultam as condições de higiene e trazem restrições para a solicitação de renda básica emergencial. Ainda hoje, comunidades sem internet têm que se locomover aos centros urbanos, aumentando o risco de contaminação, as campanhas de conscientização não chegam a essas comunidades, há as subnotificações dos casos de pessoas que não estão aldeadas, faltam exames para a COVID-19. O racismo opera em diferentes frentes, como podemos observar.

Como já apontado, o colonialismo caminha de mãos dadas com o capitalismo e o patriarcado, e a linha abissal sexista deve ter especial atenção nesse processo. Assim, outro aspecto muito relevante é a violência contra a mulher, um problema que é considerado de saúde pública e que vem sendo discutido em nível mundial. As Nações Unidas (1993) apontam a violência contra a mulher como sendo “qualquer ato violento baseado no gênero que resulte, ou possa resultar, em danos psicológicos, sexuais ou físicos, ou sofrimento da mulher, contendo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, caso ocorra na vida pública ou privada”, podendo culminar com o ato do feminicídio. Com o isolamento social e o cotidiano das famílias tendo que se adaptar à nova realidade, observou-se o aumento nos índices de violência contra as mulheres no Brasil e no mundo. Segundo informações do Movimento de Pequenos Agricultores, no Rio de Janeiro, foi registrado um aumento de 50% nos casos de violência doméstica - física e psicológica -, durante os meses

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

iniciais (NASCIMENTO; DÖHLER, 2020). O aumento do trabalho doméstico, historicamente destinado ao papel da mulher, o cuidado com as crianças e os idosos geraram um estado de sobrecarga. Para mulheres negras e indígenas, soma-se a questão da cor, e a discriminação torna-se maior. A invisibilidade e a exclusão em políticas de saúde também são maiores.

O colonialismo deixou marcas de desumanização na vida política, social, econômica e subjetiva dos sujeitos colonizados. Pensar a intersecção das categorias gênero e raça no contexto pandêmico pela via dos movimentos sociais, em especial os movimentos pela terra, pode ser um potente exercício para ampliar as lutas anti-racistas, anti-patriarcais e anti-capitalistas.

Auto-organização e Redes de Solidariedade: saberes construídos na luta

Feito o mapeamento dos enfrentamentos, resistências e lutas no contexto da pandemia da COVID-19 pelos três movimentos sociais brasileiros, queremos passar, agora, para o que Santos chama de transição paradigmática, dando atenção especial à sua última tese, quando afirma que precisamos de um novo senso comum paradigmático. Essa afirmação, no caso, pode ser fundamentada a partir dos tipos de conhecimentos que emergem das ações, atividades e articulações do CONAQ, APIB e MPA nos contextos de luta. Nesse sentido, Arturo Escobar (2003) diz que os conhecimentos baseados no senso comum passaram para um primeiro plano. O mesmo autor fundamenta a sua afirmação a partir da observação dos tipos de conhecimentos, que os ativistas dos movimentos sociais e as ONGs têm vindo a produzir no contexto de lutas que são simultaneamente localizadas e globalizadas (ESCOBAR, 2003, p. 607). Essa luta que, para além de política, é epistemológica e ontológica.

Há uma aparente falta de articulação entre o Estado e os movimentos sociais. O próprio regime racial de propriedade, no qual essas comunidades estão inseridas, causa, como já vimos, o descaso por parte do governo. O interesse do Estado pela terra é maior e mais importante do que a vida dessas populações. O recurso à solidariedade tem se revelado um expediente frequente nessa reação da sociedade (GERBAUDO, 2020). Entretanto, com a pandemia,

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

o termo solidariedade sai da invisibilidade (SANTOS, 2020) para ocupar o centro da cena em matéria de discurso público.

Essas situações fazem com que esses grupos se auto organizem e criem redes de solidariedade nesse momento, em que o desemprego, a pobreza e o acesso ao alimento ficaram mais difíceis. Na Índia, em Bangladesh, no Sri Lanka, na Colômbia e em outros países do Sul Global, os movimentos sociais atuam de diferentes formas, como por meio de campanhas virtuais para doação de alimentos e sementes, materiais para higiene e proteção, cobrando posições dos Estados frente à catástrofe, organizando sistemas de trocas. Como discutem Oliveira e colaboradoras (2020, p. 10), há uma noção de "nós por nós" nessas iniciativas, que evidenciam uma inversão: "o problema do racismo não é localizado e discutido na sua origem, onde efetivamente é produzido, e sim na sua consequência, ou seja, em vidas racializadas". E Nilma Lino Gomes (2017, p. 16) complementa: "Os movimentos sociais são produtores e articuladores de saberes construídos pelos grupos não-hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais".

Esses movimentos são movidos à criatividade em circunstâncias de crise. Por isso, há uma pluralidade de iniciativas promovidas por esses três grupos, baseadas na reciprocidade e ajuda mútua. No Brasil, os campesinos e alguns grupos quilombolas se uniram para distribuir alimentos para a população vulnerável. Esses grupos se tornaram importantes sujeitos na constituição de uma rede de articulação e solidariedade em meio à pandemia da COVID-19. Mais de 800 toneladas de alimentos saudáveis foram distribuídas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e parceiros, por todo o Brasil, desde o campo até a cidade. O trabalho que vem sendo feito por esses movimentos da terra reflete os benefícios e o resultado da Reforma Agrária Popular.

Também se destaca a defesa dos direitos aos serviços públicos, nomeadamente, os serviços de saúde pública, gratuita e universal. Outras iniciativas e ações foram desenvolvidas, incluindo: a criação de feiras virtuais, com o propósito de manter a renda de famílias do campo; a produção de álcool

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

70%, em parceria com universidades; o lançamento de plataformas digitais, para a divulgação e o controle de contágios e mortes; o compartilhamento de informações, por meio de cartilhas e manuais sobre a COVID-19, a fim de combater as fake news e auxiliar também no acesso ao Auxílio Emergencial; a organização de assembleias, seminários e conferências online; lançamentos de editais de financiamentos de projetos, redes de parcerias com associação de médicos, enfermeiros e psicólogos para o atendimento às comunidades.

Nesse contexto, a produção de conhecimento, por parte do CONAQ, MPA e APIB, é demonstrada em práticas de auto-organização e trabalho coletivo, voltadas para ações em redes locais e o compartilhamento de saberes alternativos, construídos com diálogo e respeito a todos os seres. É possível identificar duas tendências, nas quais concordamos com Escobar (2003, p. 622), quando caracteriza em seis eixos os saberes do grupo Processo das Comunidades Negras (PCN) da Colômbia. O conhecimento construído pelos movimentos sociais na luta de contexto pandêmico:

- é pragmático, sem ser simplesmente utilitarista e funcional para a luta: o conhecimento é encarado como crucial para a estratégia política. Ele é orientado para a articulação de reivindicações, mas mantendo sempre uma perspectiva do objetivo a longo prazo, ou seja, a defesa do projeto de vida histórico das comunidades. Nesse sentido, contém uma poderosa visão de futuro;

- é recursivo, visto que os mesmos temas (território, identidade, biodiversidade, práticas culturais, etc.), são trabalhados e desenvolvidos em vários níveis e de formas diversas, desde o local ao global, isto é, a sua recursividade é fractal, alterando ênfases e gerando novas formas de olhar os mesmos processos.

Ao olhar esses saberes construídos na auto-organização, na resistência, na luta pelos direitos e nas redes de solidariedade, a Sociologia das Ausências nos aponta a passagem do conhecimento atravessado pelas monoculturas para a Ecologia de Saberes. Quando Celina, a líder indígena Karajá, aos seus 86 anos, esteve frente a frente com o vírus e não viu resultados com o tratamento prescrito pelo médico, achou que a morte estava à sua espera. Mas, em uma

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

noite, sonhou com o seu falecido pai, Wahukuma, que lhe falava de uma determinada erva (remédio Kotxueni), que só encontrava no brejo. Ela deveria se banhar com as folhas dessa erva, e da raiz fazer um chá. Suas filhas, raizeiras conhecidas na comunidade, acharam a erva e fizeram o que o seu avô havia mandado fazer em sonho. Após três dias, Celina e todos os demais adoentados da aldeia tiveram sua saúde restabelecida. Desde então, todos os membros tomam o banho e o chá da Kotxueni (APIB, 2020b). Os saberes desses povos estão muito além do mundo terreno, têm uma força espiritual poderosa. Para as Epistemologias do Sul, a Ecologia de Saberes não é uma negação da ciência ocidental moderna, ao contrário, ela assume a relevância das ciências, mas também lembra que essa não é a única forma de conhecimento e, por isso, a importância de diálogo com outros saberes (SANTOS, 2020). Para Simpson (2014, p. 16), "O conhecimento intelectual não é suficiente por si só. Nem o conhecimento espiritual ou o conhecimento emocional. Todos os tipos de conhecimento são importantes e necessários em um equilíbrio comunitário e emergente".

Dado o contexto em que as práticas medicinais ensinadas pela líder indígena Karajá operam, e como a comunidade entende o conceito de doença, é preciso lembrar que a crença na ciência moderna é mais delicada, mas não inexistente. Por isso, a luta dos indígenas para serem um dos grupos prioritários na vacinação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos apresentar uma discussão teórica a partir das realidades enfrentadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, durante a pandemia da COVID-19. O texto, em algum sentido, tentou pensar como a terra tem sido capaz de sustentar e reproduzir relações coletivas racializadas, por meio do conceito de regimes raciais de propriedade. Quando campesinos, indígenas e quilombolas lutam pela demarcação e titulação dos seus territórios, ao mesmo tempo, exigem que deles sejam removidos os agentes econômicos

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

que a exploram, e ainda sobrevivem à maior crise sanitária do planeta. Nosso modo de existir necessita ser repensado.

Alguns intelectuais nos ajudam a pensar sobre essas questões, como os latino-americanos Paulo Freire, com a Pedagogia do Oprimido, Orlando Fals Borda, com a pesquisa ação participante, Silvia Riveira Cusicanqui, com as Oficinas de História Oral. Boaventura de Sousa Santos, com as Epistemologias do Sul e, ainda, a pensadora indígena Leanne Betasamosake Simpson, com a Pedagogia da Terra. Essa ruptura epistemológica já vem acontecendo, e é importantíssimo nos apropriarmos dessas teorias. Mas é imprescindível, também, lembrarmos que o maior ataque aos movimentos sociais é a desapropriação de terras – com ela todas as impossibilidades de acesso à educação, saúde, alimento, etc -, e quem está à frente dessa luta não são os acadêmicos e intelectuais, mas os sujeitos que têm seus corpos fincados na terra.

Os movimentos sociais, as comunidades tradicionais, os saberes produzidos com a terra são exemplos que precisamos estar atentos. É deles que estão sendo gerados novos conhecimentos ou conhecimentos alternativos ao conhecimento moderno eurocêntrico, que desafiam a hegemonia neoliberal. Do mesmo modo, também nos interessou, aqui, dar visibilidade às experiências vivenciadas por esses grupos historicamente marginalizados, e que, deles, fizessem emergir elementos inéditos implicados na construção do conhecimento. A possibilidade do uso dos saberes produzidos sobre a terra, e com a terra, pode ser ensaiada como uma possibilidade crítica, descolonizadora, perante os fundamentos teóricos herdados da modernidade, e potente para enfrentar a crise ecológica e sanitária presente. Bem como, ocupar lugares nos currículos e no cotidiano das escolas, ajudando a construir uma nova teoria crítica educacional.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Doutoramento de Pós-Colonialismo e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludmilla. Quilombo: território de insurgência. Pela profundidade dos brasis, os quilombos mostram que lutar pelo direito ao território é a grande pandemia. **CONAQ, 15 de dezembro de 2020**. CONAQ, 2020. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/quilombo-territorio-de-insurgencia. Acesso em: 10 fev. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. Povos indígenas de toda a Amazônia apresentam demandas conjuntas em resposta ao coronavírus. **ABIP, 27 de abril de 2020**. APIB, 2020a. Disponível em: https://apiboficial.org/2020/04/27/povos-indigenas-de-toda-a-amazo%cc%82nia-apresentam-demandas-conjuntas-em-resposta-ao-coronavirus. Acesso em: 01 fev. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. O sonho da cura: a resistência Karajá na pandemia. **ABIP, 21 de agosto de 2020**. APIB, 2020b. Disponível em: https://apiboficial.org/2020/08/21/o-sonho-da-cura-a-resiste%CC%82ncia-karaja-na-pandemia. Acesso em: 01 fev. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. Profissionais da Saúde Indígena de Dourados (MS) são demitidos durante pandemia. **APIB, 05 de janeiro de 2021**. APIB, 2021. Disponível em: https://apiboficial.org/2021/01/05/profissionais-da-saude-indigena-de-dourados-ms-sao-demitidos-durante-pandemia. Acesso em: 01 fev. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. **Quem somos**. APIB, 2022. Disponível em: https://apiboficial.org/sobre/. Acesso em: 10 fev. 2022.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze *et al*. Introdução. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze *et al*. (org.). **Decolonialidade e Pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 9- 26.

BHABHA, Hommi K. **O local de Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BHANDAR, Brenna. **Colonial lives of Property:** Law, Land, and Racial Regimes of Owner ship. Duke: University Pressa, 2018.

CENTRO TÉCNICO CIENTÍFICO - CTC. Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS.

CTC/PUC, 27 de maio de 2020. PUC: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/. Acesso em: 01 fev. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE QUILOMBOS - CONAQ. **Quem somos.** CONAQ, 2022. Disponível em: http://conaq.org.br/nossa-historia. Acesso em: 10 fev. 2022.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente "Um Discurso sobre as Ciências" Revisitado.** Coimbra: Afrotamento, 2003.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. *In:* MENEZES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conocimientos nacidos en las luchas** – construyendo las epistemologías del sur. Akal, 2020. p. 165–185.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

GERBAUDO, Paolo. #Clapforcarers*: la solidaridad de base frente al coronavirus. *In*: BRINGEL, Bruni; PLEYERS, Geoffrey (eds.). **Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KROG, Antjie. Sketch map to the future. Restitution Unbound. *In*: COUSINS, Ben; WALKER, Cherryl (eds.). **Land Divided, Land Restored**: Land Reform in South Africa for the 21st Century. Johanesburg: Jacana, 2015.

LATOUR, Bruno. Imaginando gestos que barrem o retorno ao consumismo e à produção insustentável pré-pandemia. **Climainfo**, 3 de abril de 2020. Disponível em: https://climainfo.org.br/2020/04/02/barrar-producao-insustentavel-e-onsumismo/. Acesso em: 19 jan. 2022.

MENESES, Maria Paula. Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global. **Em Aberto**, v. 27, n. 91, p. 90-110, 2014.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA. **Quem somos**. MAP, [2022]. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/quem-somos/. Acesso em: 10 fev. 2022.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA. MST em São Paulo denuncia que a lei do capital e da propriedade privada se posicionam contra os direitos humanos. **MPA, 24 de novembro de 2021**. MPA, 2021. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/noticias/tribunal-de-justica-decide-pelo-despejo-do-acampamento-marielle-vive-em-sao-paulo/. Acesso em: 01 fev. 2022.

NASCIMENTO, Bárbara; DÖHLER, Tarsila. Mulheres, campesinato e enfrentamento a violências durante a pandemia da Covid-19. **MPA, 8 de maio 2020**. MPA, 2020. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/noticias/mulheres-campesinato-enfrentamento-violencias-covid/. Acesso em: 01 fev. 2022.

OLIVEIRA, Roberta Godim de *et al*. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a Covid-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 36, n. 9, p. 1-14, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração sobre a eliminação da Violência Contra a Mulher**. Resolução 48/104, 20 de dezembro de 1993. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993. Disponível em: https://docplayer.com.br/110740870-Proclamada-pela-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-na-sua-resolucao-48-104-de-de-20-de-dezembro-de-1993.html. Acesso em: 22 jan. 2022.

SALGADO, Stephanie Di Chiara *et al*. A colonialidade como projeto estruturante da crise ecológica e a Educação Ambiental desde el Sur como possível caminho para a decolonialidade. **Revista Pedagógica,** v. 21, p. 597-622, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora**: Da Pandemia à Utopia. Lisboa: Edições 70, 2020.

SIMPSON, Leanne Betasamosake. Land as pedagogy: Nishnaabeg intelligence and rebellious. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, v. 3, n. 3, p. 1-25, 2014.

Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022

VALENTE, Rubens. A morte invisível de quilombolas pela Covid-19; já são seis casos no país. **CONAQ, 25 de abril de 2020**. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/morte-invisivel-de-quilombolas-pela-covid-19-ja-sao-seis-casos-no-pais. Acesso em: 01 fev. 2022.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 28, n. 01, Julho de 2023.
Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 17/10/2022